

POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉC.XIX: NOVAS EVIDÊNCIAS¹

Maria do Carmo Salazar Martins²
Maurício Antônio de Castro Lima³
Helenice Carvalho Cruz da Silva⁴

INTRODUÇÃO

O esforço da esfera pública na busca do conhecimento da realidade socioeconômica brasileira através de informações empíricas se manifestou em terras brasileiras no século XVIII. Com a Independência, tanto o governo imperial quanto os governos provinciais exigiram que se realizassem inquéritos censitários no Brasil. A Lei do Império de 20 de outubro de 1823, no seu artigo 24, parágrafo 7º, atribuiu ao presidente de cada província a obrigação de formar censo e estatística da Província. Mas é somente em 1872 que se realiza o primeiro Censo Geral do Império cobrindo sistematicamente, mas não simultaneamente, todo o território brasileiro. Especificamente em Minas Gerais, os trabalhos de coleta de informações censitárias para este Censo Geral se iniciaram em 1873⁵.

A província mineira sempre se mostrou zelosa e diligente no cumprimento das repetidas ordens oriundas do executivo e do legislativo e procurou conhecer sua população, sua produção econômica, suas escolas, os limites geográficos entre municípios e distritos, etc. Prova deste esforço de recenseamento se revela diante do enorme acervo de material manuscrito e impresso relativo a inquéritos populacionais que está hoje sob a guarda dos Arquivos Municipais, especialmente do Arquivo Público Mineiro (APM).

Um dos remanescentes destas tentativas de arrolamento é o conjunto de mapas de população de 1862-1863 encontrado no Arquivo Público Mineiro, sediado em Belo

¹ versão preliminar de pesquisa em andamento desenvolvida pelo Centro de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG e financiada pelo IPEA

² Pesquisador UFMG/Cedeplar e Centro de Estudos Mineiros/Fafich

³ Pesquisador UFMG/Cedeplar

⁴ Pesquisador UFMG/Cedeplar

⁵ 1º de agosto de 1873

Horizonte. Trata-se de um conjunto de 76 mapas de freguesias ou paróquias, distribuídas por 34 municípios mineiros. Os mapas foram localizados em códices da Seção Provincial e se encontram em precário estado de conservação. Felizmente, vários deles encontram-se em processo de restauração⁶.

Esses mapas, até hoje muito pouco conhecidos e/ou explorados, constituem-se em fecunda fonte de informação, principalmente quando se percebe a insuficiência de dados provinciais confiáveis no período imperial brasileiro. Excluindo-se o Censo Geral de 1872, o conjunto de informações acumuladas até então impunha aos estudiosos do tema limitações significativas no que diz respeito ao estudo analítico da dinâmica demográfica de Minas Gerais na segunda metade dos oitocentos. Assim, os mapas de população de 1862/63 constituem-se, neste momento, na possível superação deste obstáculo e este trabalho busca, em seu objetivo amplo, estudar essa nova fonte de dados, apresentando alguns resultados sobre a distribuição da população mineira no terceiro quartel de século XIX.

DESCRIÇÃO DA FONTE

Em 12 de novembro de 1861, o Presidente da Província de Minas Gerais enviou aos vigários das paróquias mineiras um ofício onde ordenava que fossem fornecidas informações sobre a população e as indústrias de cada freguesia, segundo um modelo padronizado de formulário⁷. Neste, deveria constar o nome da freguesia e o município ao qual ela pertencia, a data em que foi preenchido, o número de quarteirões e de fogos ou domicílios existentes, o total dos habitantes discriminados por condição livre ou escrava e sexo, o estado civil, as idades da população distribuídas em 5 faixas etárias - 1 a 7anos, 8 a 15 anos, 16 a 30 anos, 31 a 50 anos e 50 anos em diante - e as indústrias (ver anexo).

Embora as especificações dos mapas de população pareçam conter os dados necessários para estudos em profundidade, a prática estatística da época deixava muito a desejar.

⁶ Queremos agradecer à diretoria do APM que gentilmente nos permitiu o acesso a este material. Os códices utilizados foram: SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

Além disso, poucas vezes essas ordens eram cumpridas com o rigor necessário. Quando o eram, nem sempre obedeciam a uma padronização estatística, resultando em informações incompletas e/ou confusas. Acrescente-se a esses problemas a constatação de que as fontes históricas não são totalmente objetivas. Na verdade, devem ser consideradas como versões parciais do passado, criadas a partir da realidade de quem as produziu. Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que o sujeito que as construiu é parte integrante daquela realidade e não pode ser dissociado dela. Cabe, portanto, ao pesquisador avaliar o documento, tanto naquilo que ele esconde como no que revela e, a partir daí, estabelecer um diálogo com as fontes que facilite e permita sua análise.

Em primeiro lugar precisamos assinalar que o modelo enviado para os párocos traz falhas que hoje são inconcebíveis do ponto de vista estatístico. As informações sobre estado civil e faixas etárias não estão discriminadas por condição e essas últimas nem mesmo por sexo. O quesito indústria não especifica se o que se deseja é indicar a profissão ou ocupação do chefe do fogo ou se o tipo de produção econômica existente, ou predominante, na região. Assim sendo, o quesito indústria é o mais confuso dentre todas as informações arroladas no mapa de população e, como requer atenção especial para analisá-lo, não será trabalhado nesse momento.

De um modo geral, as informações contidas nos mapas variam muito, na medida que os párocos assinalaram as respostas nos formulários segundo a sua capacidade de entendimento e pressa em responder ao Presidente da Província. Tal fato se explicita nos comentários do pároco da Freguesia de Caldas constantes no ofício que acompanha o mapa da população enviado ao Presidente da Província:

Tendo a mezes desta parte, pedido um Mappa da minha Parochia da população da m.ma; pelo Exmo Governo, e não mitem sido poçivel o ter feito com mais abreviatura e pontualidade em cumprir o que me foi ordenado por V.Exa; razões de se encontrar algumas dificuldades nos Inspetores de Quarteirões em comprehender o modo de organizar suas

⁷ O modelo especificado estava anexado ao dito ofício. Infelizmente, o original deste ofício não foi encontrado. Sabemos da sua existência através das respostas enviadas pelos vigários.

*listas pa. assim poder organizar um Mappa satisfatoriamente conforme os meus desejos de cumprir o q. me foi ordenado, o que agora o faço enviando-o o dito Mappa a V.Exa. e pedindo desde já desculpa, não so da sua demora, como de qualquer falta que haja*⁸

O conjunto de mapas de população de 1862-63 compreende 76 freguesias distribuídas por 34 municípios mineiros. Trata-se, na verdade, de uma grande amostra, na medida que, até aquela data, apenas 58 municípios haviam sido criados na província de Minas Gerais⁹. A dificuldade que se apresenta está em conhecer o número exato de paróquias existentes nesse ano. Entretanto, de acordo com o Censo de 1872, a província de Minas Gerais continha 370 paróquias¹⁰. Embora exista um lapso de 10 anos entre estes dois recenseamentos e tendo conhecimento de que a criação de novas paróquias aconteceu nesse período, consideramos que nossa amostra é suficientemente significativa, uma vez que representa cerca de 20,5% do total de freguesias existentes naquela época.

Os mapas foram preenchidos pelos vigários em um espaço de tempo de pouco mais de um ano. Suas datas variam de 02/01/1862 a 28/05/1863. Não existe relação entre mapas mais ou menos completos e data de entrega.

Das 76 freguesias coletadas, 37 foram arroladas por fogos, 8 por quarteirões e 31 contém apenas a totalização da população. Entretanto, como já foi dito, nem todos os párocos registraram todas as especificações exigidas pelo modelo. Alguns deles, em número de 10, talvez por desconhecimento ou por pudor, deixaram de anotar as idades da população; outros 14 registraram o estado civil apenas dos livres (possível reflexo do tipo de sociedade escravocrata em que viviam) e 5 não registraram o estado civil e as idades. Ou seja, para as 76 paróquias recenseadas temos dados completos de população apenas por condição e sexo. Para estudar as outras variáveis teremos que selecionar

⁸ Ver Arquivo Público Mineiro, SP 1005.

⁹ Carvalho, Theofilo Feu de. *Comarcas e Termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922, pp.138-145. Costa, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997, p. 24.

¹⁰ Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873-1876.

aquelas freguesias que nos fornecem a informação pedida. Essas restrições dos dados não estão concentradas em regiões específicas; pelo contrário, elas se dispersam por toda a província e, acreditamos, refletem apenas a habilidade de quem as produziu.

As paróquias e os municípios mineiros recenseados em 1862/63 estão distribuídos por quase todo o território, exceto o Triângulo onde, na época, só existiam dois municípios e da região Norte/Noroeste com três municípios. Diga-se de passagem, que mesmo nos primórdios do século XX essas duas últimas regiões eram escassamente povoadas, área conhecida como os “grandes sertões mineiros”.

Esperamos ter deixado claro que a qualidade da informação que temos aparece em grau diferenciado de acordo com a variável que vamos estudar.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Como já advertimos ao leitor, o tratamento empírico aqui dispensado aos dados é, ainda, bastante preliminar. A formação deste banco de dados faz parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo amplo é levantar estatísticas populacionais para todo o século XIX em Minas Gerais. Consideramos este trabalho o primeiro passo enquanto manuseio de possibilidades de estudo orientadas para o conhecimento das diferenças e semelhanças na dinâmica demográfica histórica. Começamos por apresentar a totalização da população provincial, segundo uma distribuição por condição livre/escrava e sexo.

Tabela 1
POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS
1862/63

Homens livres	Mulheres livres	Homens escravos	Mulheres escravas	Total da população
120.026	126.419	46.865	35.721	329.031

Fonte: APM: SP654, SP955, SP956, SP1005, SP1006.

A tabela mostra que 74,9% da população mineira era composta de indivíduos livres e 25,1% eram escravos. Esses dados concordam com os achados de PAIVA & BOTELHO (1995)¹¹ quando, ao analisarem a distribuição da população em três anos diferentes, encontraram percentuais que revelaram a diminuição da população escrava e o crescimento da população livre ao longo do século XIX. Os autores assinalam que em 1833/35, 65,85% da população era de livres e 34,15% de escravos. Já em 1855, 69,54% eram livres e 30,46% escravos e em 1872, 81% da população era livre e 19% escrava. O ano que estamos estudando está situado no intervalo entre 1855 e 1872 e, ao indicar que $\frac{1}{4}$ da população da Província era constituída de cativos, vem confirmar a tendência encontrada por aqueles dois autores.

Buscando uma melhor apreensão das características da população escrava, observamos que a distribuição da população por condição é bastante heterogênea quando consideramos cada município isoladamente. Na verdade, em dois municípios - Barbacena e Leopoldina - o número de escravos é superior ao de livres, 54,6% e 53,5% respectivamente. Outros dezoito municípios apresentam percentagem superior aos 25,1% encontrados para a Província como um todo - São João del Rei, Lavras, Alfenas e Três Pontas, Santa Bárbara, São José del Rei, Queluz, Aiuruoca, Santa Luzia, Piranga, Campanha, Desemboque, Oliveira, Formiga, Caeté e Pomba. Nos dezesseis municípios restantes - Itajubá, Pitangui, Pium-í, Serro, Caldas, Minas Novas, Ponte Nova, Curvelo, Jacuí, Mariana, Itabira, Bonfim, Sabará, Muriaé, Pouso Alegre e Cristina - a percentagem de escravos está situada entre 13,0% e 20,0% da população total.

Neste ponto, é importante ressaltar que a imprecisão dos limites geográficos municipais nesse período pode nos levar a interpretações nem sempre condizentes com a realidade das regiões. Desde o início do povoamento e ocupação do território mineiro, os agrupamentos populacionais se estendiam pelos vastos sertões, não indicando, contudo, que todas as regiões estivessem integradas. A nucleação resultante da atividade mineradora nos dois séculos anteriores ainda mantinha sua influência. Apesar de já ter se operado a transição da fase das minerações para a de fixação na terra, principalmente

¹¹ PAIVA, Clotilde Andrade e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e Espaço no Século XIX Mineiro: Algumas Evidências de Dinâmicas Diferenciadas. In *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Diamantina (MG), 6 a 10 de junho de 1995, vol. 1, p. 98

através do setor agropecuário, apenas na segunda metade do século XIX se caracterizaria o novo ciclo, com reflexos no desdobramento administrativo.

Além disso, até 1900 não havia na carta geográfica de Minas um traçado delimitador das zonas fisiográficas. As relações econômicas e sociais do território mineiro não eram ainda de molde a exigir maior parcelamento regional, de acordo com as peculiaridades de cada zona. O denso emaranhado das divisões administrativa, judiciária e eclesiástica de Minas Gerais revelava muito mais um caso de limites de poder político do que limites administrativos e/ou geográficos. Essa situação permaneceu inalterada até o início do século XX . Basta citar o comentário de Daniel de Carvalho sobre a lei de divisão administrativa de 1911¹²:

Prevaleceu ainda o critério político, o parecer de cada um dos deputados e senadores, o desejo ou capricho do chefe local. Basta dizer que, de acordo com esta lei, muitas fazendas pertencentes a um município ficaram “encravadas” dentro de outro, que houve um distrito com a povoação da sua sede dentro das divisas do distrito vizinho e que, finalmente houve distrito sem contigüidade territorial com o município a que estava subordinado

Por esse motivo consideramos que uma primeira visão da distribuição populacional tendo como unidade menor a freguesia é fundamental para revelar a diversidade/multiplicidade do comportamento demográfico da Província.

Feitas estas considerações, observemos agora a distribuição dos cativos por paróquias estabelecida no Quadro 1, onde se evidenciam as diferenças dos agrupamentos populacionais.

¹² Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura. “A Nova Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais”. 1924 (prefácio).

Quadro 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA POR FREGUESIA

<i>Percentual</i>	<i>Freguesias</i>
Acima de 50%	São José do Paraíba, Madre de Deus do Angu, Remédios
Entre 40% e 49%	São Tiago, Madre de Deus, Conceição da Boa Vista, São João Nepomuceno, Carmo da Cachoeira
Entre 35% e 39%	São Domingos do Prata, Nossa Senhora de Nazaré, Capela Nova das Dores, Queluz, Machado, Aiuruoca, Turvo, Bom Sucesso, Aguapé
Entre 30% e 34%	São José do Chopotó, Catas Altas do Mato Dentro, Carmo, Santa Maria, São Miguel do Cajuru, Piedade da Espera, Três Corações, Perdões, Boa Esperança, Matosinhos
Entre 25% e 29%	Furquim, Itabira, Lagoa Dourada, Conceição da Barra, São Brás do Suaçuí, Piranga, Mutuca, Desemboque, Onça do Rio de São João Acima, Taquaraçu, Pomba, Arcos
Entre 20% e 24%	São Gonçalo do Rio Abaixo, Piedade dos Gerais, Bonfim, Santa Rita do Rio Abaixo, Betim, Santa Quitéria, Patrocínio de Muriaé, Santa Catarina, Santana do Sapucaí, São Sebastião da Capituba, Bocaina do Rio Preto, Itajubá, Cláudio, Bom Despacho, São Roque, São João Batista da Glória, São Sebastião das Correntes, Traíras, São Sebastião do Paraíso, Caldas
Entre 15% e 19%	São Sebastião, Antônio Dias Abaixo, Santana do Alfié, Curral del Rei, Catas Altas da Noruega, São Francisco do Rio Glória, Rio Vermelho, Itinga, João Batista
Entre 10% e 14%	Mariana, São José do Paraíso, Saúde, Peçanha, São Miguel e Almas de Correntes, Cabo Verde, Abre Campo, Serro

Fonte: APM: SP654, SP955, SP956, SP1005, SP1006

Fica claro que a dispersão dos escravos entre as freguesias estudadas é bastante errática em toda a Província. Há localidades dentro de uma mesma área onde a proporção de cativos é bastante superior a de freguesias que lhe são vizinhas. Tal fato nos leva a pensar na impossibilidade de se trabalhar com freguesia como unidade de análise. Talvez seja mais produtivo agrupá-las por regiões, mesmo incorrendo na possibilidade de supressão das peculiaridades inerentes a cada uma.

A regionalização constitui basicamente um trabalho de agrupamento de unidades espaciais, existindo modos distintos de classificação. Considerando um universo composto de certo número de elementos, o procedimento da classificação procura associar cada elemento do universo a uma classe, processo a ser feito mediante dois caminhos: do geral para o particular, de forma que o conjunto dos elementos seja dividido em grupos cada vez menores, enfatizando-se as diferenciações entre lugares. O segundo caminho parte da idéia de agregados alocados em subconjuntos maiores. Neste procedimento o foco dirige-se para a busca de regularidades.

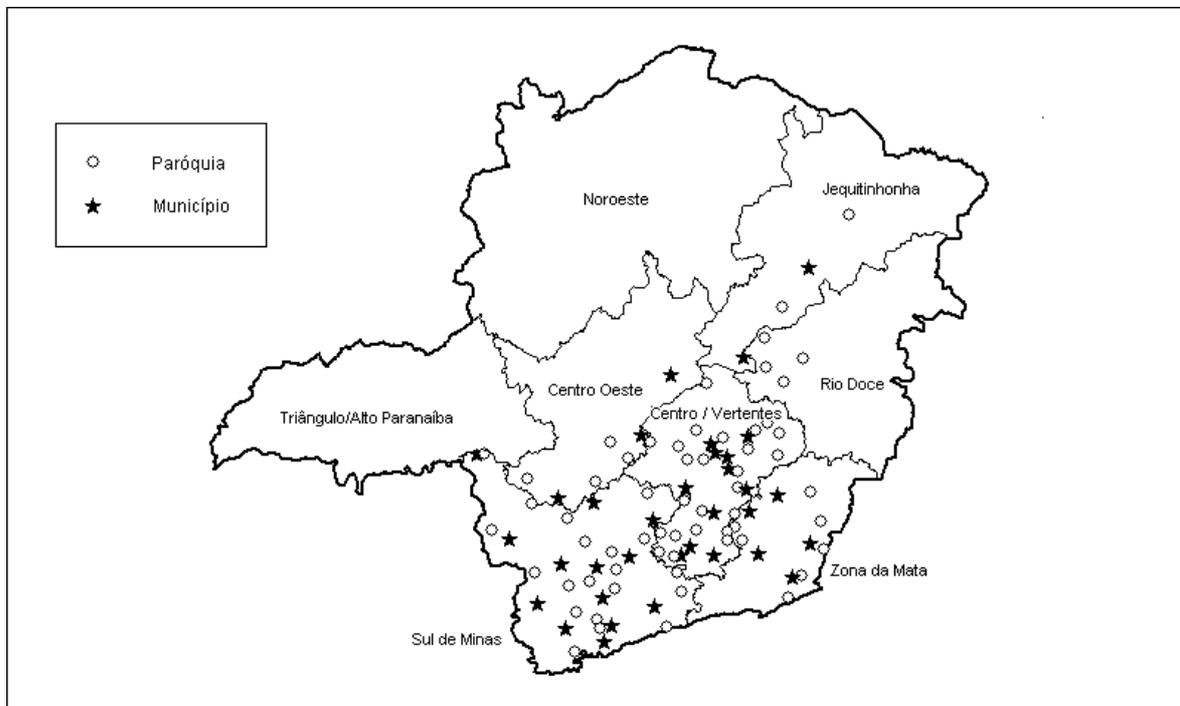
A opção pelo primeiro caminho é mais adequada nas situações em que se conhecem previamente as propriedades mais significantes que se prestam ao estabelecimento de classes. Já o segundo caminho do agrupamento permite, pelas regularidades encontradas, a identificação de tais propriedades. No caso da classificação de unidades espaciais, de modo a resultar em uma regionalização, é necessário que haja contiguidade entre as unidades formadoras dos conjuntos, demarcando, assim, as possibilidades de serem obtidos sistemas regionais genéricos, atendendo, simultaneamente, a diversos critérios.

Há que se ressaltar ainda que a escolha entre tipos regionais (não conexos) ou regiões constitui uma decisão subjetiva, mas que influi na apresentação dos resultados, segundo os objetivos esperados com a regionalização.

Feitas essas considerações, optamos por dividir a Província em grandes regiões geográficas: Centro, Centro-Oeste, Campo das Vertentes, Jequitinhonha/Rio Doce, Mata, Sul e Sudoeste. Vale salientar aqui, mais uma vez, que não encontramos mapas de

população para as regiões Norte/Noroeste e Triângulo. O mapa abaixo nos permite visualizar a localização dos municípios e paróquias constantes da nossa amostra.

MAPA DE MINAS POR REGIÕES



A tabela 2 nos permite uma melhor observação da distribuição por condição livre e escrava da população amostrada. Percebe-se que os escravos se concentravam nas regiões Vertentes e Mata, enquanto no Jequitinhonha/Rio Doce e no Sudoeste a percentagem de livres era maior.

Tabela 2

DISTRIBUIÇÃO DE LIVRES E ESCRAVOS POR REGIÃO

<i>Região</i>	<i>% livres</i>	<i>% escravos</i>
Centro	74,7	25,3
Centro-Oeste	77,0	23,0
Jequitinhonha/Rio Doce	85,6	14,4
Mata	69,3	30,7
Sudoeste	82,0	18,0
Sul	73,5	26,5
Vertentes	61,8	38,2
Total	74,9	25,1

Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

A partir da regionalização proposta neste trabalho, verifica-se que em meio à população residente na Província em 1862/63 os homens livres amostrados (120.026 almas) tinham domicílio preferencial nas regiões Centro (26,8%); Sul (21,2%) e Jequitinhonha/Rio Doce (18,7%). A população escrava masculina (46.865 almas) se concentrava nas regiões Centro (27,2%) e Sul (23,2%) e também na região das Vertentes (17,1%)¹³

Tabela 3

POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS POR REGIÃO – 1862/1863

<i>Região</i>	<i>Homens livres</i>	<i>Mulheres livres</i>	<i>Total livres</i>	<i>Homens Escravos</i>	<i>Mulheres escravas</i>	<i>Total escravos</i>	<i>População Total</i>
Centro	32.143 26,8%	35.931 28,4%	68.074 27,6%	12.733 27,2%	10.281 28,8%	23.014 27,9%	91.088 27,7%
Centro-Oeste	6.247 5,2%	6.814 5,4%	13.061 5,3%	2.159 4,6%	1.751 4,9%	3.910 4,7%	16.971 5,2%
Jequitinhonha/Rio Doce	22.395 18,7%	23.237 18,4%	45.632 18,5%	3.888 8,3%	3.759 10,5%	7.647 9,3%	53.279 16,2%
Mata	13.414 11,2%	11.567 9,1%	24.981 10,1%	6.696 14,3%	4.352 12,2%	11.048 13,4%	36.029 11,0%
Sudoeste	9.431 7,9%	11.321 9,0%	20.752 8,4%	2.501 5,3%	2.041 5,7%	4.542 5,5%	25.294 7,7%
Sul	25.453 21,2%	26.346 20,8%	51.799 21,0%	10.881 23,2%	7.831 21,9%	18.712 22,7%	70.511 21,4%
Vertentes	10.943 9,1%	11.203 8,9%	22.146 9,0%	8.007 17,1%	5.706 16,0%	13.713 16,6%	35.859 10,9%
Total	120.026	126.419	246.445	46.865	35.721	82.586	329.031

Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

A distribuição por sexo da população apresentada na tabela 3 nos permite verificar que o número de mulheres livres é sempre maior do que o número de homens livres em todas as regiões da Província mineira. A única exceção é a zona da Mata onde o número de homens tanto livres como escravos é superior. Ora, a Mata está localizada na região sudeste de Minas Gerais, fronteira com o Rio de Janeiro. Coberta pela Mata Atlântica e habitada por índios selvagens, apenas no início do século XIX teve acelerada a ocupação do seu território. A busca por melhores terras para o plantio, aliada a expansão das fazendas de café do vale do Paraíba fluminense e à construção de estradas de ferro que facilitaram o embarque de mercadorias para exportação tornaram essa região

¹³ Os livres nesta região perfaziam 9,0% desta condição de população.

economicamente interessante. É possível que esses fatores tenham incentivado a migração para essas áreas inóspitas. Segundo Martins¹⁴:

a área geográfica que estava se transformando na zona cafeeira [Mata] teve uma ocupação acelerada entre 1835 e 1855 e recebeu um saldo migratório positivo relativamente grande. Sua população livre triplicou, [...] no tocante aos escravos, a importação líquida da região foi também importante, representando quase um terço do total da província

Na verdade, 60,6% dos escravos residentes na zona da Mata era do sexo masculino. Seguem-se imediatamente a esta região a de Campo das Vertentes e a Sul onde a proporção de escravos do sexo masculino era de 58,3% e 58,1% respectivamente.

O oposto acontece com a população feminina escrava que é menor do que a masculina em todas as regiões. A literatura tem demonstrado que essa é uma característica da província mineira como um todo¹⁵

A medida demográfica usada costumeiramente para medir a distribuição da população por sexo – Razão de Sexo – nos seria bastante útil para contextualizarmos melhor a distribuição populacional segundo a variável sexo. Entretanto, os dados amostrais aqui utilizados não permitem a construção deste indicador, na medida que os montantes de homens e mulheres não estão disponibilizados por faixa etária¹⁶.

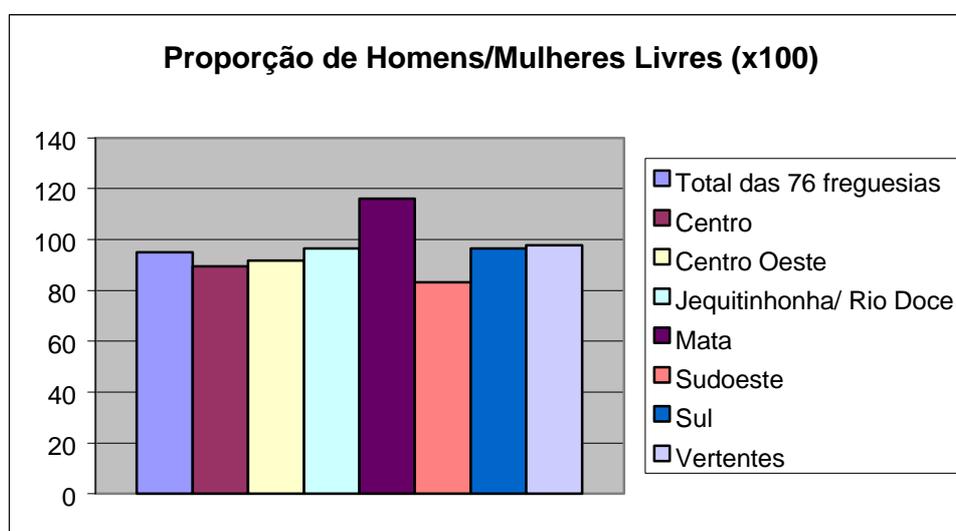
¹⁴ MARTINS, Roberto Borges, Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSANYI, Tamas & Lapa, José Roberto do Amaral. orgs., *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.110

¹⁵ Ver, por exemplo, PAIVA & BOTELHO, 1995, p. 103.

¹⁶ A razão de sexo é, em geral, definida como o número de homens que correspondem a cem (100) mulheres e é obtida decidindo-se o número total de homens pelo de mulheres, sendo o resultado multiplicado por 100. Quando a “razão de sexo” for igual a 1 (ou 100) significa que, existe um equilíbrio numérico perfeito entre os sexos; se for mais do que 1 (ou 100), a população para qual tal índice foi calculado tem um contingente maior de homens do que de mulheres. Interpretação inversa se dá quando a razão de sexo é menor do que 1(ou 100) ou seja, neste caso há predomínio do sexo feminino naquela população. Cabe enfatizar alguns comportamentos da curva de razão de sexo teoricamente determinados: no nascimento, o sexo masculino é quase sempre favorecido com um superávit em relação ao sexo feminino. Em compensação, este excesso de homens vai sendo progressivamente reduzido até que nas idades mais avançadas o número de mulheres é quase sempre superior ao dos homens. Tal fato se explica pela ocorrência natural de uma taxa de mortalidade masculina mais elevada do que a taxa de mortalidade feminina em todas as idades.

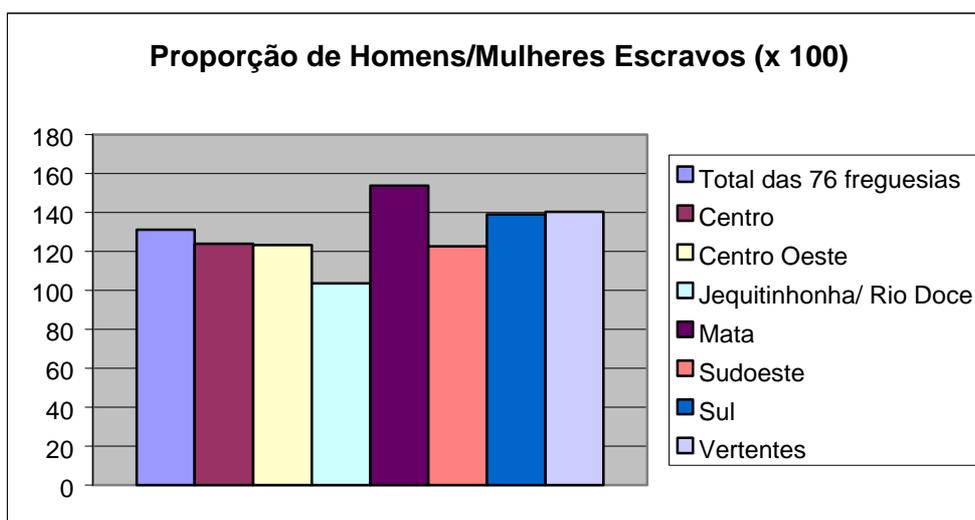
Todavia, uma medida de distribuição proporcional entre os sexos é possível e nos serve como “linha de tendência”, principalmente se nos interessam as condições vigentes da estruturação do domicílio e da família, condições estas basicamente transmitidas pelos relatos dos Viajantes. Neste caso, há de se convir que a subjetividade intrínseca à este tipo de fonte certamente não nos leva a caminhos seguros em termos de tendência. Isto posto, apresentamos a seguir nosso exercício sobre equilíbrio entre os sexos em 1862-63, segundo as regiões provinciais e segundo a condição livre e escrava da população residente.

Gráfico I



Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

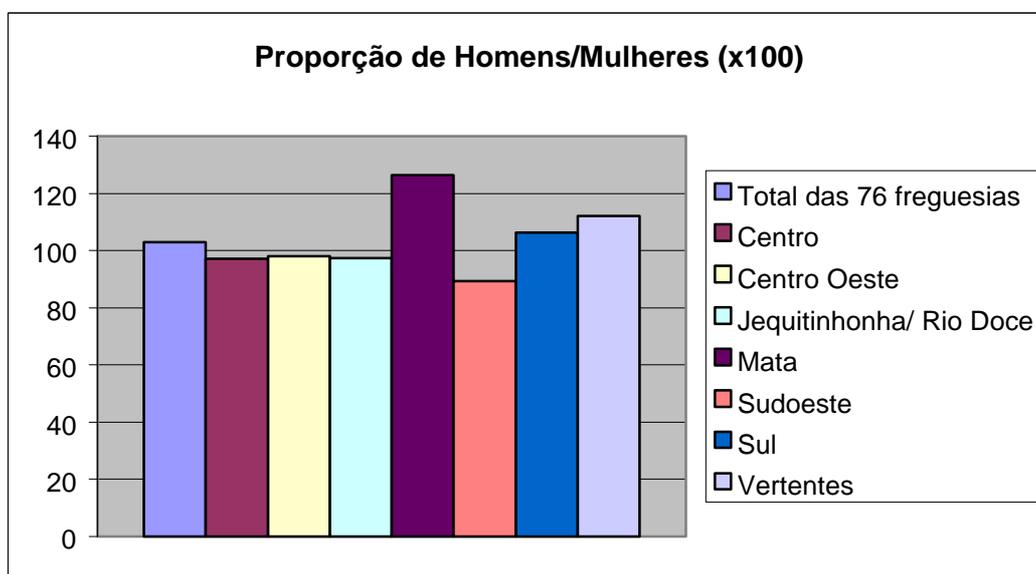
Gráfico II



Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

Segundo a condição livre e escrava, observamos que entre os livres, o déficit populacional masculino é praticamente uma constante, exceto na região da Mata. Fenômeno oposto se verifica em meio à população escrava, ou seja, o déficit populacional feminino prevalece, embora um equilíbrio proporcional entre homens e mulheres se constate na região Jequitinhonha/Rio Doce. Para a Província como um todo, independentemente da condição livre/escrava, observa-se uma tendência de equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Destoam desta situação as regiões Mata, Sul e Vertentes, destacadamente regiões “masculinas”, como nos informa o gráfico III:

Gráfico III



Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

Embora o maior nível de desequilíbrio entre os sexos, na população livre, se verifique na região Centro, relevando ainda que a população feminina escrava é menor que a população masculina, é nesta região que encontramos o maior número de crianças de 0 a 7 anos. Ou seja, das 259.009 pessoas que têm idade declarada no mapa de população de 1862/63¹⁷, 52.917 (20,4%) estão nesta faixa etária e destes, 26,2% foram recenseados na região Centro. A segunda região mais prolífera em crianças é a região Sul.

¹⁷ Lembremo-nos que a amostra perfaz 329.031 almas viventes em 76 freguesias. Este total de pessoas com idades declaradas representam 78,7% da população amostral.

A população trabalhadora mais jovem, ou seja, a população com idades de 8 a 30 anos, é representativa também, além da região Centro, nas regiões Jequitinhonha/Rio Doce e Sul. Já a população trabalhadora mais velha, ou seja, a população com idades entre 31 e 50 anos, concentra-se nas regiões Centro, Sul, Jequitinhonha/Rio Doce, seguida de perto pela região da Mata. Detalhadamente, a tabela 4 condensa registros bastante interessantes no que diz respeito à distribuição etária.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA PROVINCIA
DE MINAS GERAIS. 1862/63

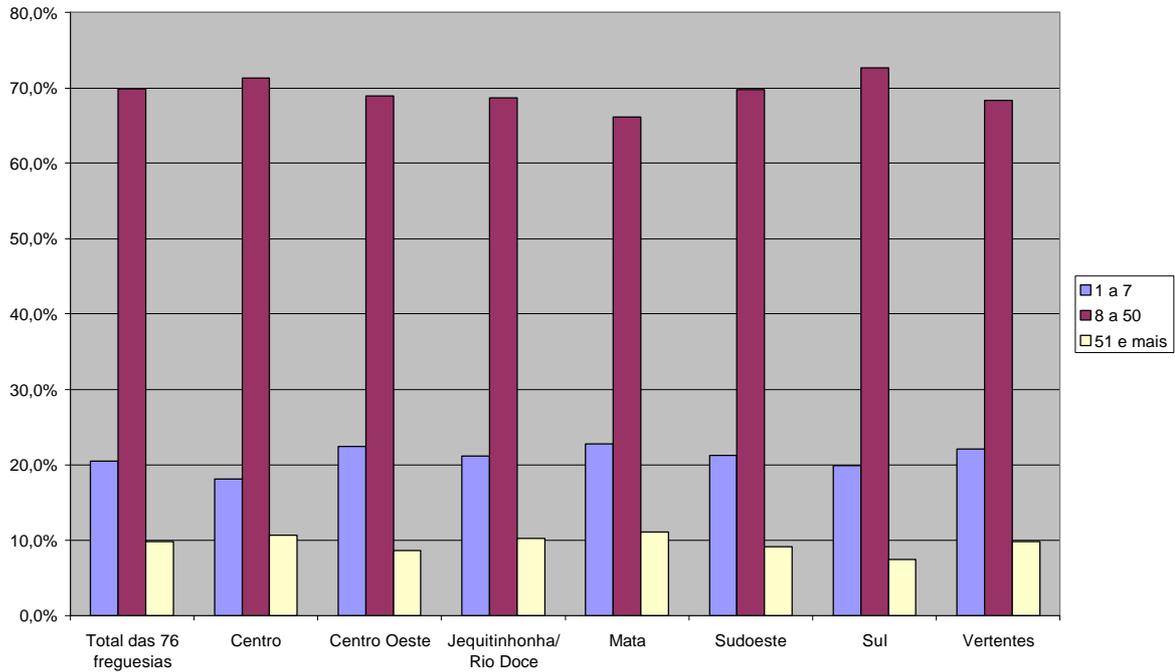
<i>Região</i>	<i>1 a 7</i>	<i>8 a 15</i>	<i>16 a 30</i>	<i>31 a 50</i>	<i>51 e mais</i>	<i>Total com idade</i>
Centro	26,2%	27,1%	30,6%	32,2%	32,2%	29,5%
Centro-Oeste	5,8%	5,8%	5,0%	4,9%	4,7%	5,3%
Jequitinhonha/ Rio Doce	14,7%	15,7%	13,1%	13,5%	15,0%	14,2%
Mata	13,7%	11,3%	11,4%	12,2%	14,0%	12,3%
Sudoeste	10,1%	10,6%	9,3%	9,5%	9,1%	9,8%
Sul	16,3%	17,3%	18,9%	15,7%	12,8%	16,8%
Vertentes	13,1%	12,2%	11,7%	12,0%	12,2%	12,2%
Total das 76 freguesias	52.917	52.185	71.600	57.102	25.205	259.009

Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

Segundo nossos dados, somente 9,7% da população que declarou idade alcança, em 1862/63, mais de 50 anos. Estes “idosos” se domiciliavam preferencialmente na região Centro. Seria interessante se pudessemos saber o montante, dentre estes idosos sobreviventes de uma época em que a mortalidade grassava a população sem diferenciação de idade, quantos eram livres e/ou escravos. Infelizmente os dados não nos permitem este exercício. Mas permitem um outro, sobre a comparação da distribuição da população em três classes – produtivas e improdutivas¹⁸. O gráfico IV condensa nossas pretensões.

¹⁸ Visão aproximada da condição de dependência vigorante na época entre a população trabalhadora e a não trabalhadora.

GRÁFICO IV
Distribuição Etária da População Provincial em 1862/63



Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

É interessante notar que, para a Província como um todo, a distribuição dos grupos populacionais – crianças, trabalhadores e velhos (população dependente e população trabalhadora) - se fazia de maneira bastante homogênea. Ou seja, mais da metade da população tinha de 8 a 50 anos. A população infantil agregava, mais ou menos, 20,0% dos residentes e os velhos remanescentes totalizavam, grosso modo, 10,0%.

Essa situação praticamente se repete em todas as regiões, menos acintosamente nas regiões Centro-Oeste e Sul. Tal fato poderia nos levar a pensar numa homogeneidade quanto à estruturação dos domicílios por idade dos moradores. Por outro lado, nesta estruturação não nos interessa somente esse tipo de informação, mas também algumas bases empíricas que subsidiem uma possível análise sobre as relações de gênero vigorantes na época.

Verificamos que os domicílios se estruturavam, basicamente, de forma nuclear¹⁹. Deparamo-nos também com a evidência do grande número de domicílios chefiados por mulheres. Vide os dados:

Tabela 5
ESTRUTURA DOMICILIAR SEGUNDO AS REGIÕES PROVINCIAIS

<i>Regiões</i>	<i>Fogos com 1(um) livre</i>	<i>Fogos com de 2 a 4 livres</i>	<i>Fogos com de 5 a 9 livres</i>	<i>Fogos com acima de 10 livres</i>	<i>Total de fogos</i>
Centro	754 11,28%	3308 49,48%	2267 33,91%	357 5,33%	6686
Centro-Oeste	46 3,65%	488 38,79%	612 48,65%	112 8,91%	1258
Jequitinhonha/Rio Doce	110 10,64%	419 40,52%	413 39,94%	92 8,90%	1034
Mata	80 7,37%	434 39,96%	484 44,57%	88 8,10%	1086
Sudoeste	20 4,36%	187 40,74%	208 45,32%	44 9,59%	459
Sul	172 5,44%	1320 41,72%	1310 41,40%	362 11,44%	3164
Vertentes	286 8,29%	1612 46,70%	1327 38,44%	227 6,57%	3452

O domicílio mineiro no terceiro quartel do século XIX tinha, em sua composição predominante, 1 a 4 homens e mulheres livres. Também é significativo os domicílios compostos por 5 a 9 livres. Dado o pouco número de escravos, principalmente de mulheres escravas, podemos supor que as mulheres livres se responsabilizavam pelos serviços domésticos e talvez até pelos pequenos (grandes) serviços de lavoura e criação. Tal fato contradiz, de certa forma, a idéia que se faz da indolência da “senhora” dona da casa e de seus filhos.²⁰

¹⁹ Tomamos po domicílio nuclear aquele formado por um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco e de dependência econômica.

²⁰ Veja MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Janelas de Treliça. Texto para discussão n ° 70, CEDEPLAR/UFMG, 1994

Por outro lado, enquanto o número de domicílios sem mulheres livres varia regionalmente entre 2,7% a 7,8%, os domicílios sem homens livres, provavelmente domicílios chefiados por mulher, variam de 3,3% a 13,3% em toda a Província. Observando os dados da tabela 5 que versa sobre a distribuição de homens e mulheres nos domicílios, verificamos que as regiões Centro e Vertentes detinham, em pleno século XIX, números de chefia feminina muito próximos aos números verificados no Brasil nas últimas décadas do século XX.

Tal realidade domiciliar tão próxima, guardadas as devidas proporções, à realidade domiciliar brasileira em tempos recentes, nos leva a refletir sobre a atemporalidade/modernidade das Minas Gerais.

Tabela 6

ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O NÚMERO DE HOMENS
E MULHERES LIVRES POR REGIÕES PROVINCIAIS

<i>Regiões</i>	<i>Nenhum homem livre</i>	<i>De 1(um) homem livre</i>	<i>De 2 a 4 homens livres</i>	<i>De 5 a 9 homens livres</i>	<i>10 e mais homens livres</i>	<i>Total de fogos</i>
Centro	893 13,36%	2213 33,10%	2977 44,53%	591 8,84%	16 0,22%	6686
Centro-Oeste	51 4,05%	349 27,74%	696 55,33%	161 12,80%	1 0,08%	1258
Jequitinhonha/Rio Doce	83 8,03%	314 30,37%	498 48,16%	129 12,48%	11 1,07%	1034
Mata	36 3,31%	296 27,26%	570 52,49%	175 16,11%	11 1%	1086
Sudoeste	28 6,10%	106 23,09%	256 55,77%	68 14,81%	1 0,22%	459
Sul	186 5,88%	899 28,41%	1559 49,27%	504 15,93%	18 0,56%	3164
Vertentes	350 10,14%	1077 31,20%	1602 46,41%	412 11,94%	12 0,35%	3452

<i>Regiões</i>	<i>Nenhuma mulher livre</i>	<i>De 1 (um) mulher livre</i>	<i>De 2 a 4 mulheres livres</i>	<i>De 5 a 9 mulheres livres</i>	<i>10 e mais mulheres livres</i>	<i>Total de fogos</i>
Centro	407 6,09%	2204 32,96%	3447 51,56%	619 9,26%	9 0,13%	6686
Centro-Oeste	34 2,70%	299 23,77%	721 57,31%	199 15,82%	5 0,40%	1258
Jequitinhonha/Rio Doce	81 7,83%	283 27,37%	537 51,93%	131 12,67%	2 0,20%	1034
Mata	82 7,55%	364 33,52%	548 50,46%	89 8,20%	3 0,28%	1086
Sudoeste	12 2,61%	126 27,45%	266 57,95%	55 11,98%	0 0%	459
Sul	108 3,41%	835 26,39%	1711 54,08%	494 15,61%	16 0,51%	3164
Vertentes	157 4,55%	1102 31,92%	1796 52,03%	393 11,38%	4 0,12%	3452

Tendo estudado a estrutura domiciliar da população mineira podemos passar, agora, a analisar a estrutura de posse de escravos na Província. Observando as 37 freguesias arroladas por fogos, constatamos que as linhas gerais que caracterizaram a Província de Minas Gerais como singular na historiografia da escravidão moderna permaneceram as mesmas no terceiro quartel do século XIX.

O grande sustentáculo da economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província²¹. Ou seja, a agricultura voltada exclusivamente para exportação não existia em Minas, nem mesmo quando a lavoura do café já começava a se desenvolver na zona da Mata mineira.

A diversidade mineira incluía a mineração de ouro e de diamantes, a agricultura de exportação de diferentes produtos, a agricultura e a pecuária comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a

*produção de subsistência, algumas manufaturas, (em especial o fabrico do ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços.*²²

Numa economia tão diversificada não se justificava a existência de grandes plantations com grande número de escravos. Na verdade, as posses de escravos dos sítios mineiros são sempre descritas pela literatura como de tamanho pequeno e médio. Em seu trabalho, Libby²³ demonstra que na primeira metade do século XIX o maior grupo de proprietários, em termos do tamanho da posse, são os donos de entre 3 e 5 cativos o que representa 28,0% dos senhores de escravos da Província. Este autor afirma ainda que 66,7% dos domicílios levantados na sua amostra não possuíam escravos.

²¹ LIBBY, 1988, p.14

²² MARTINS, 1996, p. 107

²³ LIBBY, 1988, p. 97-98

Tabela 7

NÚMERO FOGOS POR QUANTIDADE DE ESCRAVOS, SEGUNDO REGIÕES PROVINCIAIS

<i>Regiões</i>	<i>Nenhum escravo</i>	<i>1 (um) escrav</i>	<i>De 2 a 4 escravos</i>	<i>De 5 a 9 escravos</i>	<i>De 10 a 14 escr</i>	<i>De 15 a 19 escr</i>	<i>De 20 a 24 escr</i>	<i>De 25 a 29 escr</i>	<i>De 30 a 34 escr</i>	<i>Acima de 35 escr</i>	<i>Total</i>
Centro	5244 78.43%	349 5.22%	515 7.70%	293 4.38%	132 1.97%	55 0.82%	33 0.49%	19 0.28%	8 0.12%	38 0.57%	6686
Centro-Oeste	841 66.85%	77 6.12%	163 12.96%	108 8.59%	37 2.94%	15 1.19%	9 0.72%	2 0.16%	2 0.16%	4 0.32%	1258
Jequitinhonha/Rio Doce	881 85.20%	29 2.80%	52 5.03%	30 2.90%	20 1.93%	4 0.39%	7 0.68%	3 0.29%	1 0.10%	7 0.68%	1034
Mata	727 66.94%	81 7.46%	105 9.67%	78 7.18%	36 3.31%	18 1.66%	12 1.10%	11 1.01%	1 0.09%	17 1.57%	1086
Sudoeste	315 68.63%	39 8.50%	49 10.68%	32 6.97%	8 1.74%	6 1.31	4 0.87%	0 0.00%	2 0.44%	4 0.87%	459
Sul	2371 74.94%	176 5.56%	237 7.49%	194 6.13%	79 2.50%	36 1.14%	19 0.60%	15 0.47%	12 0.38%	25 0.79%	3164
Vertentes	2287 66.25%	270 7.82	357 10.34%	272 7.88%	111 3.22%	44 1.27%	28 0.81%	28 0.81%	10 0.29%	45 1.30%	3452
Total	12666	1021	1478	1007	423	178	112	78	36	140	17139

Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

Como se pode ver pela Tabela 7, situação semelhante se repete em 1862-1863, quando a grande maioria dos domicílios não possuía escravos (73,9%), enquanto que 20,6% possuíam entre 1 a 9 escravos. É interessante salientar que mesmo entre esses últimos tipos de fogos, 14,6% possuía um plantel igual ou inferior a 4 escravos e 5,9% possuíam apenas 1 escravo.

Registre-se ainda que apenas 14 fogos tinham plantel de escravos igual ou superior a 80 almas, perfazendo 0,08% das categorias de domicílios arroladas na tabela acima. Este montante é estatisticamente irrelevante, fato este que corrobora a teoria de que inexistiam grandes plantations na Província de Minas. Ao resgatarmos esses domicílios nas suas freguesias, descobrimos que, apesar de oito deles pertencerem ao município de Leopoldina (situado na zona cafeeira), nenhum se dedicava exclusivamente à produção do café. O cultivo da cana de açúcar e a agricultura de subsistência eram atividades importantes de lavouras citadas com ênfase, tanto no ofício dos párocos como no quesito ocupação. Minas mantinha, até 1863, a tradição de se auto-sustentar.

Com efeito, a região cafeeira da Mata mineira manteve uma agricultura diversificada mesmo no apogeu do café, não apresentando em nenhum momento o alto grau de especialização das outras áreas produtoras, tanto no nível regional como no da unidade produtiva²⁴.

Nas outras regiões, o cultivo do fumo, da cana, do algodão, além de alguma pecuária e da agricultura sem especificação do tipo de lavoura, demonstram a falta de especificidade de um produto único para exportação na província mineira. Vide os dados arrolados na tabela 8.

²⁴ MARTINS, Roberto Borges.1966, p.126.

Tabela 8:
Fogos Com Mais De 80 Escravos

<i>Freguesia</i>	<i>Município</i>	<i>Número do fogo</i>	<i>Total de livres</i>	<i>Total de escravos</i>	<i>Ocupação</i>
Conceição da Boa Vista	Leopoldina	1	14	153	café e açúcar
		26	16	109	café e açúcar
		27	16	109	café e açúcar
		185	4	92	café e açúcar
São José do Paraíba	Leopoldina	152	4	112	café e mantimentos
		157	34	92	café e mantimentos
		158	10	88	café e mantimentos
		181	5	144	café e mantimentos
Bom Jesus do Furquim	Mariana	445	6	114	fazendeiro
São José do Chopotó	Mariana	160	8	112	agricultura e criação
Perdões	Lavras	257	9	81	fumo e cana
Onça do Rio de S.João Acima	Pitangui	18	11	84	algodão
São Domingos do Prata	Santa Bárbara	375	4	80	cana de açúcar
São Sebastião de Correntes	Serro	799	5	102	sem informação

Fonte: APM, SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho não pretende ser conclusivo. Nosso objetivo foi apresentar uma nova fonte de dados para o estudo da Província mineira.

Nos últimos 20 anos, a Província de Minas Gerais tem sido alvo de debates e embates frequentes entre pesquisadores do mais alto nível. Entretanto esses autores ressentem-se das limitações impostas pela escassez de evidências empíricas. Apresentar apenas tendências das variações do comportamento demográfico da população mineira, da sociedade e da economia provinciais é, de certa forma, frustrante. Essa pesquisa que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos três anos pode ajudar a resolver essa situação.

Enquanto isso, a incorporação desse novo momento do Século XIX vem contribuir para que seja dado mais um passo rumo ao conhecimento de Minas oitocentista.

Devemos ainda ressaltar que pretendemos dar continuidade a esse trabalho, incorporando novos cruzamentos de dados e outras fontes históricas.

